

Um olhar ético e moral nas ações extensionistas

An ethic and moral view upon the extensionist actions

Flávia Pereira Dias Menezes¹
Jaime Rodrigo da Silva Miranda²

RESUMO: Este trabalho aborda os princípios orientadores do comportamento do extensionista sob o ponto de vista da ética e da moral, enfatizando a discussão de conceitos que, na prática cotidiana dos profissionais de extensão rural, assumem relevância, tais como manipulação, persuasão e sedução. O artigo pretende discutir os princípios da ação extensionista “na concepção construtivista”, além de problematizar as possibilidades de efetividade desta concepção nos cursos de ciências agrárias no Brasil, identificando duas principais referências para o trabalho de extensão rural: uma anterior à nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e uma posterior a ela.

ABSTRACT: This paper discusses the guiding principles of the conduct extension worker behavior from the ethics and morality point of view, emphasizing the discussion of concepts which, in the everyday practice of the rural extension professional become more important, such as manipulation, persuasion and seduction. The article discusses the principles of the extensionist action “on constructivism”, and the possibilities of this design effectiveness in the agricultural sciences courses in Brazil, identifying two main references for the agricultural extension work: a pre-new policy on Technical Assistance and Rural Extension (ATER) and one after it.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Moral. Extensão rural.

KEYWORDS: Ethics. Moral. Extension rural.

I. INTRODUÇÃO

Como agir e como julgar as ações dos outros? O que é eticidade e moralidade nas ações extensionistas? Essas e muitas outras questões permeiam as discussões sobre ética e moral nas atividades profissionais. Nas intervenções sociais no campo, não é diferente. O agente construtor de conhecimento constantemente

¹ Professora da Universidade do Vale do Rio Doce (Univale) e jornalista da Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Email: flaviapdias@yahoo.com.br

² Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: jrmird@yahoo.com.br

se envolve em questões que o fazem refletir sobre a decisão mais adequada, os princípios que devem orientar suas ações, e, não raras vezes, se depara com um conflito ético.

A discussão sobre ética e moral se justifica já que esses profissionais lidam com pessoas e populações que, em muitos casos, se encontram em situações sociais e culturais distintas das suas, o que requer habilidades e responsabilidades éticas para com o público com o qual se trabalha, considerando-se que o agente de desenvolvimento atua para a transformação social do meio rural. Essa atribuição profissional pode ser observada nos princípios e diretrizes de documentos que normatizam as políticas públicas de extensão rural no Brasil, tais como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Visando à ampliação do processo de reprodução do capital na agricultura subsidiado pelos interesses de empresas e indústrias articuladas com políticas de desenvolvimento rural propostas pelo Estado brasileiro, principalmente nas décadas de 60 a meados de 80, as metodologias utilizadas nas ações praticadas pela extensão rural pública se orientavam por uma relação persuasiva entre técnicos e agricultores para difusão de pacotes tecnológicos³. Para atingir os objetivos políticos propostos pelo processo de intervenção, os extensionistas utilizavam nas relações com os agricultores o artifício da manipulação, prática que, conceitualmente, se afastava das conceituações sobre persuasão (ESTEVES, 1991) e sobre sedução (PARRET, 1991), que serão aqui tratadas. A comunicação, nesse contexto de intervenção social, é instrumento indispensável, como já afirmavam — embora sob distintas concepções — Freire (1983) e Rogers e Shoemaker (1974).

O objetivo desse trabalho é introduzir uma discussão que envolve os conceitos de ética e moral que estão historicamente correlacionados e interligados. A primeira parte é centrada na discussão dos conceitos de manipulação, persuasão e sedução. Na segunda, discutem-se os princípios da ação extensionista “na concepção construtivista” e os desafios lançados à formação profissional nos cursos agrários diante desta “nova” concepção.

O trabalho identifica duas referências principais para o trabalho extensionista: uma anterior à nova política de Ater, a partir do período denominado difusionismo produtivista (RODRIGUES, 1997), e uma posterior a ela. Neste contexto, além da discussão conceitual envolvendo ética e moral, procura-se problematizar os princípios orientadores do comportamento extensionista sob estas duas referências, considerando as limitações dos cursos agrários em abordar estas dimensões na formação dos futuros profissionais. “A questão ética ou moral é colocada quando se pergunta, se indaga, se põe dúvida, enfim, quando

3 Alguns trabalhos tratam o histórico da extensão rural como Coelho (1999) e Fonseca (1985).

se questiona sobre o nosso modo e nossa razão de agir assim e não de outro jeito” (COELHO, 2005, p.109).

2. COMUNICAÇÃO, SEDUÇÃO E MANIPULAÇÃO?

A palavra comunicação vem do latim *communis*, comum e *communicare*, tornar comum, compartilhar. Logo, algo para ser comum necessita, ao menos, de outro para o confronto verificador de igualdade. Daí a conclusão de que a comunicação é uma questão eminentemente social, é coletiva a partir de sua essência. A identidade, a comunhão, o compartilhamento que se originam da palavra *communis* é a continuação lógica do processo de comunicação.

Diante dessa conceituação, podemos citar duas referências que convergem para a premissa de que a comunicação é indispensável para a transformação social, mas apresenta impressões diferentes quanto à prática de extensão rural, segundo Rogers e Shoemaker (1974) e Paulo Freire (1983). Para Rogers e Shoemaker (1974), a inovação é uma ideia que o indivíduo percebe como nova, sendo estendida aos membros de um sistema social através da difusão de tecnologia. Essa concepção se configurou no Brasil por mais de meio século por meio da extensão rural. Essa prática behaviorista⁴ era usada como estratégia política e social defendida pelo Estado brasileiro para mudanças induzidas no campo pela modernização da agricultura. A adoção dessas tecnologias faria com que os agricultores aumentassem renda, produção e produtividade. Mas essa prática teve como consequências o endividamento dos produtores rurais, exclusão social e desastres ambientais irrecuperáveis.

Em contrapartida, Freire (1983) denuncia a natureza autoritária dessa prática, que para ele é mera extensão. Do ponto de vista semântico, segundo o autor, o termo extensão tem a conotação de invasão cultural e significa transmissão, doação, entrega e manipulação. O autor, preocupado com o sentido da relação entre extensionistas e agricultores nos anos 60 do século XX, propõe um processo dialógico e comunicativo para evitar o que denomina “invasão cultural”, uma forma de violência social e cultural. O autor adota as relações humanas em detrimento da relação mecânica e reificada.

Sem ignorar as diferenças que separam estas duas perspectivas teóricas, podemos reconhecer tanto em Roger e Shoemaker (1974) como em Freire (1983) o primado que atribuem à comunicação.

A maioria dos trabalhos realizados no Brasil pela extensão rural, entre os anos 50 e 80, foi fundamentado na tática da persuasão dos técnicos em relação aos agricultores para a aquisição de produtos químicos, máquinas, equipamentos e novas tecnologias de produção. Mas, a partir dos anos 90, devido a uma série de eventos que contribuíram para mudanças nas políticas públicas de desenvolvi-

⁴ Behaviorismo é uma adaptação em português do termo inglês *behavior*, que remete à mudança de comportamento.

mento e de extensão rural⁵, o trabalho do extensionista vem sendo pautado em ações participativas e com preocupações socio-ambientais. Atualmente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural se orienta pela perspectiva da adoção de princípios da agroecologia, um termo que na literatura vem obtendo várias conceituações, que, para Caporal e Ramos (2006) significa,

a aplicação de conceitos e princípios da Ecologia no manejo e no desenho de agroecossistemas sustentáveis, uma orientação cujas pretensões e contribuições vão além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos de produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto as variáveis econômicas, sociais e ambientais, como as variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. (CAPORAL; COSTABEBER APUD CAPORAL E RAMOS, 2006, p.5)

Pelas diretrizes da Pnater, a extensão rural é um trabalho educativo, em que o caráter participativo deve estar presente em todos os processos de comunicação inerentes às ações extensionistas e intervenções sociais no campo. Não deve ser considerada apenas a intenção da ação, mas é preciso preocupar-se, também, com os resultados e consequências dessa ação. Mais do que comunicador, o agente de desenvolvimento precisa estar atento às suas próprias ações para que elas não se transformem em mera manipulação dos sujeitos com os quais ele trabalha, podendo assim revelar uma postura inconsequente daqueles que atuam para transformações sociais.

Na prática da comunicação cotidiana os indivíduos promovem seus contatos regulares diários que são os primados na vida social, o que podemos considerar interação. A interação é entendida como “encontro face a face de um número limitado de sujeitos; agregações casuais e espontâneas motivadas por atividades quotidianas a que estão associados movimentos expressivos, de ordem verbal e não-verbal.” (ESTEVES 1991, p.56).

A partir das perspectivas sobre interação, o autor discute o tema persuasão como “um dado imediato da experiência quotidiana, um fato normal dos encontros sociais, um recurso comum da ação dos indivíduos. (GOFFMAN, apud ESTEVES, 1991, p.56). Então, persuasão reconhece no outro um interlocutor e de forma estratégica se dirige a ele para obter consentimento e formar convicções. Nessa prática, há a exclusão da violência.

As metodologias persuasivas utilizadas pelos técnicos na época da Revolução Verde⁶ direcionada aos agricultores, que tinham só por objetivo fazer

5 Em Miranda (2008), encontra-se uma contextualização deste processo político.

6 O termo Revolução Verde foi utilizado pela indústria multinacional de sementes decorrente da introdução de cultivares que muitas vezes aumentou a produtividade de espécies cultivadas. Sobre esse tema, ver: CAVALET, V. A formação do engenheiro agrônomo em questão. IN:FEAB. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. Formação profissional do engenheiro agrônomo. Cruz das Almas: FEAB, 1996. 142p.

com que eles comprassem e mudassem sua cultura e suas formas tradicionais de lidar com as técnicas de produção, sem observar as condições culturais e sociais da propriedade, é diferente do significado proposto por Goffman (apud ESTEVES, 1991). Além da postura persuasiva, as ações dos técnicos naquela prática difusionista de tecnologia se pautaram em uma atitude manipuladora. Conforme Parret (1991),

...o ato manipulador não é uma unidade de interação. A manipulação transforma o agente-auditor sem convertibilidade, porque o agente-auditor não causa, na sequência da sua própria transformação, a transformação do agente-locutor. A ação manipuladora, ninguém duvida, é uma ação unilateral. (PARRET, 1991, p.14)

Ainda trazendo as contribuições de Parret (1991) para a discussão sobre os processos comunicativos nas ações extensionistas, uma abordagem sobre o conceito de sedução se torna relevante. Segundo o autor, a sedução é algo inerente/atribuído ao indivíduo que não pressupõe intencionalidades. Nesse sentido, a estratégia persuasiva do sedutor não recorre ao artifício da mentira ou de outras táticas nesse sentido, utilizadas nos processos de manipulação.

A estratégia persuasiva do sedutor não recorre ao artifício da mentira. “Mesmo que a sedução seja enganadora — visto que desvia, encanta, calcula — não é uma decepção como a mentira”. E sequer se utiliza da manipulação. Para que haja a manipulação, como afirma o autor, é preciso uma intencionalidade explícita de não-comunicação ou de comunicação cortada.

A sedução des-subjectiviza. Eis aqui um ponto importante para a diferença entre a sedução por um lado, e a mentira e a manipulação por outro. A sedução não tem nenhuma ligação intrínseca com uma qualquer intencionalidade, e não há nem vontade nem consciência na sedução. (PARRET, 1991, p.14)

Nos atos de comunicação nos quais se faz uso da manipulação, segundo Esteves (1991), são as formas rituais que definem a moralidade própria dos encontros sociais. E é essa moral que vai estabelecer os limites da persuasão, ou seja, as técnicas aceitáveis e os efeitos toleráveis.

A estratégia persuasiva apresenta, também, um limite de aceitabilidade, que é definido “pela capacidade de representação que é capaz de respeitar (ou não violar) as pretensões assumidas, que não ponha em causa o direito moral de ser tratado e considerado de forma adequada” (ESTEVES, 1991, p. 64).

A partir desses conceitos, é oportuno discutir a importância da extensão rural no seu sentido mais amplo, abrangendo as ações de intervenção sustentadas num olhar ético-moral.

3. ETICIDADE E MORALIDADE

O profissional em extensão rural, como agente social construtor do conhecimento e educador, no exercício das orientações técnicas no campo, precisa estar em

constante reflexão se está agindo ética e moralmente no exercer de suas atividades. Para maior compreensão sobre as questões de eticidade e moralidade nas ações extensionistas, é importante discutir, a priori, a distinção entre “orientações técnicas” e “assistência técnica”, como orienta Coelho (2005), pois, “a simples ‘assistência técnica’ limita-se à indicação de insumos a serem consumidos para obtenção de resultados imediatos.” Já com a expressão “orientação técnica”,

pretende-se enfatizar que o trabalho das profissões agrárias é capaz de promover intervenções, com as quais se podem pretender não apenas mudanças da técnica e da produção com novos artifícios e recursos, mas uma mudança que tenha relação com questões sociais e políticas que afetam competências e habilidades técnicas, além da capacidade de convívio e de decisão coletiva de grupos humanos. Para colocar a ação como orientação técnica, modificam-se premissas e procedimentos metodológicos da chamada ‘assistência técnica e extensão rural’, pois se questiona a postura autoritária e etnocêntrica que lhe é característica. (COELHO, 2005, p. 56).

Nas orientações técnicas no campo, o agente deve preocupar-se com as técnicas e procedimentos metodológicos e com sua postura e conduta ética para com o outro presente no processo de desenvolvimento. Mas o que é eticidade e moralidade nas ações extensionistas? Como o extensionista deve agir? O que fazer e o que se espera da ação dos outros? Como criar condições para o estabelecimento de processos de interação de conhecimento e valores entre pessoas de culturas e saberes diferentes, com respeito a essas diferenças? Quais os princípios que devem nortear as ações extensionistas? Por ser um profissional que lida com sujeitos e sua ação envolve questões como dignidade humana, em vários momentos o agente de extensão se depara com conflitos éticos no que diz respeito à própria ação com os outros participantes.

Ética vem do grego *ethos*, que se refere à conduta humana; e moral, vem do latim *mos, moris*, que significa “maneira de se comportar regulada pelo uso”, daí, “costume”, e de *moralis, morale*, adjetivo referente ao que é “relativo aos costumes”. Portanto, ética é uma reflexão íntima sobre os motivos das ações/reflexões sobre as relações meios e fins. A moral quer dizer o como devo agir tendo como referência as regras sociais, ou seja, envolve as expectativas do que os outros vão pensar de mim. Pode-se perceber que os significados dos termos estão correlacionados (COELHO, 2005).

Inicialmente é possível distinguir os termos, mas como sugere Coelho (2005, p. 111), essa distinção entre moral e ética é apenas didática, pois o homem é um ser que vive em sociedade e as relações indivíduo-sociedade ou indivíduo-grupo “se confundem à medida que configuram uma forma intrincada e complexa da relação entre esses dois polos”.

O campo ético é “constituído por valores e obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as virtudes, que são conduzidas pelo

sujeito moral, principal constituinte da existência ética”. (CHAUÍ, 2001, p.338). Para ser um sujeito ético ou moral, para a autora, é preciso preencher as seguintes condições: ser consciente de si e dos outros, ou seja, ter a capacidade de reconhecer no outro, um sujeito ético igual a ele; ser dotado de vontade, ter capacidade de controlar seus impulsos, desejos para que possa agir em conformidade com a consciência; ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação e avaliar as consequências e assumi-las; e ser livre, “não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta” (CHAUÍ, p. 338). O campo ético delimitado é constituído, portanto, por dois polos internamente relacionados: o agente ou sujeito moral e os valores morais ou virtudes éticas.

Para Boff (2003, p.31), ética e moral articulam-se intrinsecamente. Quando dizemos que uma pessoa não possui ética, significa dizer que ela “não possui princípios, age oportunisticamente consoante as vantagens que possa auferir”. E quando dizemos que essa pessoa não possui moral, significa dizer que ela “não possui virtudes, mente, engana clientes, rouba dinheiro público, explora trabalhadores, faz violência em casa”. Essa pessoa pode ter ética, mas age de maneira contrária aos seus princípios. Mas “quem define o que seja ético e moral para a morada humana?” (BOFF, 2003, p.31).

Os homens são simultânea e inexoravelmente seres individuais e sociais. São membros ativos que influenciam e são influenciados pela ação dos demais e dependem uns dos outros. Não existe indivíduo sem sociedade, assim como não há sociedade sem indivíduos.

Hegel (*apud* FREITAG, 1992), em sua teoria ética, se concentra na dialogia entre consciência moral subjetiva e objetiva, na perspectiva da dialética de *Moralität* e *Sittlichkeit*, considerando a polaridade entre indivíduo e sociedade. *Moralität* pode ser traduzido por moralidade, enquanto *Sittlichkeit*, na visão de Freitag (1992), seria eticidade, sendo que Hegel dispensa o termo ética na construção de sua teoria dialética. Na moralidade, em Hegel, os aspectos subjetivos são determinantes no agir do sujeito e avaliados a partir desses aspectos. Agora, na eticidade, o sujeito é qualificado a partir das determinações objetivas, dos resultados e das consequências de suas ações.

Freitag (1992) analisa a teoria ética de Hegel sob três pontos distintos que compõem os três elementos constitutivos desta teoria: a ação, a reflexão e a lei. A ação “é o ponto de partida e de chegada da teorização hegeliana sobre moral e ética” (p.68). Nesse processo, ocorrem transformações sobre a consciência do ator e sobre o objeto de sua ação. A reflexão, como subproduto da ação, procura tornar, reverter e anular a ação inicial, buscando, assim, o restabelecimento do equilíbrio anterior. Como elemento da coletividade, para a construção da teoria ética hegeliana, o último elemento apresentado por Freitag é a lei.

Uma ação somente pode ser julgada como moral ou imoral quando se leva em conta o interesse (respeitado ou ferido) de

uma coletividade (óikos e ou polis). Essas coletividades são regidas por leis naturais, tradição, normas e valores, criados em seu interior, que assumem força de lei e exigem a consideração do ator. (FREITAG, 1992, p.69)

O ator hegeliano não é um sujeito moral desde o início, só vem a sê-lo quando se reconhece membro de uma comunidade, em um corpo social dado, e aceita conscientemente as leis que a regem.

A vida ética concretiza-se quando há concordância plena entre a consciência moral do sujeito e as leis objetivadas em sua comunidade, o que se exprime em suas ações singulares. Nessas ações (morais do ponto de vista do sujeito e éticas do ponto de vista da comunidade), as leis vigentes são, na consciência moral de cada ator, permanentemente revalidadas e confirmadas como corretas e justas. (FREITAG, 1992, p.69)

O conceito de *Moralität*, formulado por Hegel, é dedicado ao ator individual da ação que adquiriu consciência moral dos seus erros e acertos; e o conceito de *Sittlichkeit*, é a ação moral praticada no coletivo, conscientizada por cada ator. Com a argumentação ética hegeliana, pode-se concluir que,

a questão da moralidade não é nem subjetiva nem individual, ela é sempre objetiva e social, mas conscientemente mediada pela perspectiva subjetiva de cada indivíduo. Por isso, a questão da moralidade tem que ser transformada numa questão da *Sittlichkeit*. Esta última inclui e absorve a primeira. (FREITAG, 1992, p.70)

Considerando o sujeito moral um ser de ação, dotado de razão, que controla seus atos, se responsabiliza e assume as consequências daqueles — como pressupõe Freitag (1992) — nas atividades profissionais dos extensionistas o sujeito pode estar desenvolvendo alguns procedimentos éticos e morais voltados para “um fazer para com os outros”.

Na concepção construtivista, que vem subsidiando os procedimentos metodológicos das práticas de extensão rural propostos nas políticas públicas, o sujeito age ética, moralmente e ainda, racionalmente, pois desenvolve em seu trabalho de campo uma postura “pensada” e não um “fazer-fazendo”, movida pela prudência em seus motivos, nos objetivos, sendo capaz de analisar e prever as consequências de suas ações. “No caso da agricultura, esse construtivismo se apresenta como uma síntese entre saberes do cotidiano dos agricultores e o conhecimento científico-técnico e tecnológico, cujo domínio é, preferencialmente, do profissional” (COELHO, 2005, p79).

Para exemplificar a relevância das reflexões sobre ética e moralidade nas ações extensionistas, uma dentre as várias atividades desenvolvidas pelos técnicos — os diagnósticos participativos — podem ser consideradas uma prática que se sustenta por princípios éticos no momento em que todos os participantes do processo de transformação social têm a oportunidade de dialogar e expor

seus desejos, motivações e interesses. A devolução dos dados ao grupo, nesse processo, é também um procedimento em que se mostram os resultados e, conseqüentemente, não deixam de ser um compromisso ético com o grupo. A função do profissional, nesse processo, é

criar espaços propícios à realização de formas interativas e discursivas, espaços de discussão e de negociação, cuja coordenação, executada pelo técnico junto ao grupo, deve facilitar a alternância de responsabilidade na condução das propostas que vão surgindo. (COELHO, 2005, p.89)

Além da eticidade e da moralidade, outro elemento importante colocado em discussão por Coelho (2005) é a tradição.

Não há como eliminar tradições, sob a pena de os resultados serem mais devastadores que vantajosos para os grupos atingidos pelas intervenções. Mais que extermínio das tradições, o desafio ético é como proceder às traduções para a apropriação social dos sentidos (dos fins) que orientam as ações. (COELHO, 2005, p.111)

Quando se trata de extensão rural, os valores socioculturais da comunidade precisam ser considerados. Autores como Geertz (2001) problematizam essas questões com o trabalho de campo de profissionais. O autor discute problemas éticos e morais atribuídos à realização de pesquisas nas Ciências Sociais, assunto relevante quando se trata de extensão rural. Uma das questões morais envolvidas no trabalho do cientista social levantadas passa pela tensão moral existente entre o pesquisador e o que ele denomina de “informante”. Segundo Geertz (2001), o pesquisador é uma “vitrine” de oportunidades de melhoria de condições de vida daquela população local, mas aquele tem consciência de que a expectativa gerada não condiz com as reais possibilidades de mudanças. A questão levantada, que vale também para o extensionista, é o compromisso em deixar claros os seus objetivos e intenções junto e para a comunidade.

Apel (1991, p. 24) ressalta que o principal problema de uma ética discursiva, hoje em dia, é “o problema de organizar de algum modo a corresponsabilidade coletiva de todos os membros da comunidade de comunicação humana para os efeitos de nossas ações coletivas”. O autor considera urgente a necessidade de uma *macroética*, ou seja, uma nova ética da corresponsabilidade, que é um tipo de ética que está em contraposição às tradicionais ou convencionais formas de ética. Apel (1991) situa sua proposta no campo da comunicação e da intersubjetividade. Embora reconheça que já exista uma consciência que esteja de acordo com as exigências de uma macroética da co-responsabilidade, não aborda diretamente as condições de argumentação em nível planetário.

Nesse mesmo sentido, Boff (2003) ressalta também a urgência de uma ética mundial para atender a três problemas que têm dimensões planetárias: a crise social, a do sistema de trabalho e a ecológica. “Para viver como humanos,

os homens e as mulheres precisam criar certos consensos, coordenar certas ações, coibir certas práticas e elaborar expectativas e projetos coletivos.” (p.27).

Levantada a importância das relações éticas e morais nos processos de transformações sociais, bem como a interação comunicativa presente em distintas concepções de desenvolvimento no país, torna-se relevante discutir as possibilidades que os futuros profissionais de extensão encontram, nos cursos de graduação, de se prepararem adequadamente para lidar com dimensões “subjetivas” do trabalho que, historicamente, não são privilegiadas nas grades curriculares dos cursos agrários.

Ressalta-se que, pela nova concepção de extensão rural, a interdisciplinaridade é um dos princípios reguladores das ações, devendo-se ter nos quadros técnicos das instituições que realizam trabalhos nesta área profissionais de várias áreas de formação. Contudo, a maior parte dos profissionais da área extensão, seja de nível médio ou superior, são provenientes das Ciências Agrárias, o que justifica a discussão sobre o processo de formação diante de tantas exigências e responsabilidade social a eles atribuídas.

Os cursos agrários brasileiros ainda reproduzem a ideia de privilegiar a técnica, visando à máxima produtividade e lucro, não priorizando em suas grades curriculares os aspectos éticos que propomos aqui. Além disso, as graduações privilegiam um único “mundo rural”, o dos grandes empreendimentos, desconsiderando a importância de discutir, com mais ênfase com os agricultores mais pobres, a agricultura familiar, ou seja, o “outro mundo rural” que representa 77% da mão de obra empregada no campo.

Dias (2006) faz uma análise dos planos de desenvolvimento elaborados pelos extensionistas oriundos das ciências agrárias que realizam o trabalho de assistência aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária e constata predominância de projetos com ênfase nos fatores econômicos da produção. Algumas das observações do autor são a não preocupação desses profissionais com as dimensões humanas ou ambientais e a falta de conhecimento da trajetória de socialização política destes agricultores. Ainda segundo o autor é possível instituir intervenções baseadas no diálogo e construir, em longo prazo, a participação política efetiva e real desses públicos, sendo isso possível através da mobilização, do movimento e da ação em prol de um outro tipo de formação profissional em ciências agrárias (Dias, 2006, p.9).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um determinado espaço institucionalmente regulado por normas, os indivíduos se colocam constantemente em uma tensão *ético-moral*, precisando, assim, agir autônoma ou heteronomamente. Em processos interventivos, as implicações das ações heterônomas precisam ser analisadas e a aceitação de uma nova regra em um processo de mudanças indagada. Nesse contexto em que os valores morais, a introspecção e a ordem social institucionalmente estabelecida estão dinamizados na prática de intervenção no campo, pode-se definir uma prática

ética e moral para ser seguida?

Deve-se considerar a dificuldade em se ter ou criar uma regra para orientar ética e moralmente as ações do profissional de extensão. Discutir ética e moral é justamente trabalhar a capacidade de relativizar e problematizar questões e não de determiná-las, pois se lida com seres humanos que têm valores, tradição e principalmente conhecimento distintos. É importante a atenção para as consequências das ações, por isso a conduta deve ser pensada. Mesmo apresentando conhecimentos diferentes, tanto o técnico quanto o agricultor são agentes potenciais de sabedoria. Sem abdicar das técnicas da sedução e da persuasão, é possível promover um trabalho ético-moral e consciente no campo, em que ambas partes desse processo não manipulem e aprendam mutuamente.

Portanto, faz-se necessária uma comunicação que permita a formação de opinião no interior dos processos de mudança, que incentive uma interlocução mais efetiva entre os diversos grupos sociais. Mais do que estudar aspectos pontuais e particulares, a análise da ação extensionista na contemporaneidade pretende um exercício de reflexão e proposição de sentidos e busca de estratégias que visem a um investimento na dialogia e em uma forma mais plural do seu fazer. Ao invés de permanecer investindo na produção, reprodução e ampliação de recursos e práticas discursivas que só fazem reafirmar o que já existe na extensão rural, é possível dialogar e utilizar de forma plena as questões subjetivas. A extensão rural não pode perder de vista que sua ação é feita de sujeitos para sujeitos.

Geertz (2001) afirma que apontar os problemas, mas não apontar a solução destes problemas, é uma séria questão moral a ser enfrentada pelas Ciências Sociais. Trazendo essa reflexão para o contexto da extensão rural no Brasil, o problema não se restringe às Ciências Sociais, mas a todas as áreas de conhecimento envolvidas com o trabalho extensionista, o que lança sérios desafios educacionais à formação profissional, com destaque para as ciências agrárias que ainda reproduzem a visão tecnicista de um mundo rural no qual as dimensões éticas, morais, políticas e sociais não são fundamentalmente exploradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, Karl-Otto. A necessidade, a aparente dificuldade e a efetiva possibilidade de uma macroética planetária da (para a) humanidade. *Revista Comunicação e linguagens*. Lisboa: Cosmos. Nº 14. Dez. 1991. p. 11–26.
- BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 131p.
- CAPORAL, Francisco Roberto e RAMOS, Ladjane de Fátima. *Da extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. Brasília: 2006. 23p.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 139p.
- CHAUÍ, Marilena. A existência ética e filosofia moral. In _____. *Convite à filosofia*. São Paulo, Ática, 1995. p.334-356.
- DIAS, Marcelo Miná. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios ao

- ensino agrícola no Brasil hoje. *Educação Agrícola Superior*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 23-28, 2006.
- ESTEVES, João Pissara. A persuasão na ordem da interação. Paixão e mistérios do cotidiano na Sociologia de Erving Goffman. *Revista Comunicação e linguagens*. Lisboa:Cosmos. Nº 14. Dez. 1991. p.55-68.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.
- FREITAG, Bárbara. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. São Paulo: Papirus, 1992. 308p.
- GEERTZ. Clifford. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos. In: _____. *Nova a luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge zahar, 2001. p.30-46.
- MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva. *A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): a Copserviços no sudeste do Pará*. Viçosa: UFV. 2008. 158 p.
- PARRET, O argumento do sedutor. *Revista Comunicação e linguagens*. Lisboa: cosmos. Nº14. Dez.1991. p.9-22.
- RODRIGUES, Cyro M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.
- ROGERS, E. e Shoemaker, F. Floyd. *La comunicacion de innovaciones*. México: Herrero Hermanos, 1974. p.1-43.